



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
TERCEIRA CÂMARA**

CC02/C03
Fls. 225

Processo nº 10980.007619/2001-00
Recurso nº 136.545 Voluntário
Matéria RESSARCIMENTO DE IPI
Acórdão nº 203-12.481
Sessão de 17 de outubro de 2007
Recorrente AUTO CHASSIS DO BRASIL LTDA.
Recorrida DRJ-SANTA MARIA-RS

MF-Segundo Conselho de Contribuintes
Publicado no Diário Oficial da União
de 10/01/2008
Rubrica

Dependencia no
BOV de 08.01.088.

Assunto: Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI

Período de apuração: 01/04/2001 a 30/06/2001

Ementa: COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA.
VALORAÇÃO DE DÉBITOS.

Havendo crédito para o contribuinte fruto de prévio Pedido de Restituição, posterior pedido de Compensação – utilizando os referidos créditos - têm os débitos que se pretende extinguir valorados na data do protocolo do posterior pedido de ressarcimento/compensação.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

ANTONIO BEZERRA NETO
Presidente

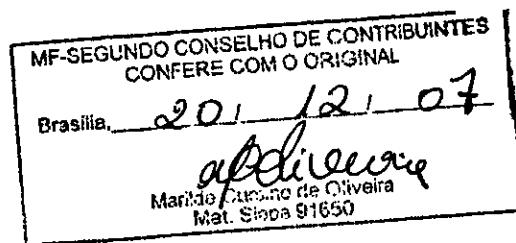
Presidente

222

· *Assinatura*
ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Sílvia de Brito Oliveira, Mauro Wasilewski (Suplente), Luciano Pontes de Maya Gomes, Odassi Guerzoni Filho e Dalton Cesar Cordeiro de Miranda.



Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário contra a decisão da DRJ de Santa Maria, que deferiu o Pedido de Restituição/Compensação de IPI com débitos do contribuinte, valorando os débitos vencidos até a data do protocolo do pedido, no caso 23/10/2001, nos seguintes termos:

"Ementa: COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. VALORAÇÃO DE DÉBITOS.

Na compensação com créditos objetos de pedido de ressarcimento, os débitos vencidos são valorados até a data do protocolo do pedido de ressarcimento.

Correto despacho decisório que homologou compensação de débitos até o limite do valor dos créditos resarcidos."

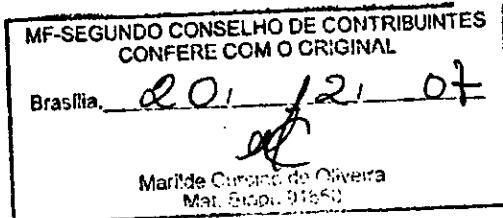
Inconformada vem a contribuinte no seu Recurso Voluntário aduzir que houve um descompasso entre a valoração do crédito solicitado em 16/07/2001 e os débitos posteriormente apontados para compensação em 23/10/2001.

Em outras palavras, não se conforma a contribuinte com o raciocínio de que os débitos oferecidos à compensação fossem calculados com juros e multa, pois na época da sua constituição já era o recorrente credor do Fisco Nacional.

Com tais considerações requer, *"primeiramente pela compensação dos débitos com base na data do pedido de ressarcimento do crédito originário, 16/07/2001, posto que o crédito é suficiente para liquidar a maior parte de débitos da empresa, com afastamento da cobrança de JUROS E MULTA DE MORA na forma apurada pelo Fisco, dos débitos vincendos, com base na data acima apontada"* (fls. 222).

É o Relatório.





Voto

Conselheiro ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA, Relator

O recurso preenche os requisitos formais de admissibilidade e, portanto, dele tomo conhecimento.

A única matéria em debate se cinge a definir a data da protocolização do Pedido de Ressarcimento, termo inicial para apuração dos débitos objeto de futura compensação: se no caso seria a data da presente Pedido (23/10/2001) ou do Pedido nº 10980.004808/2001-12, formulado em 16/07/2001.

Isto porque, nos termos do art. 2º, inc. II da IN 323/2002, abaixo transcrita, a valoração dos débitos objeto da compensação pleiteada, isto é, a incidência de juros e multa de mora, é fixada pela data do ingresso do pedido de ressarcimento. *Verbis:*

"Art. 2º As compensações objeto de pedidos de compensação já deferidos ou de declarações de compensação já encaminhadas à SRF à data da publicação desta Instrução Normativa serão efetuadas considerando-se as seguintes datas:

I - (...)

II - do ingresso do pedido de ressarcimento, quando destinado à compensação com débito vencido;".

Analizando a citada norma, entendo correta a interpretação conferida pela decisão recorrida.

Isto porque em 16/07/2001 o contribuinte requereu *ressarcimento* de crédito – sem apresentar requerimento de compensação como forma de extinção de qualquer débito seu.

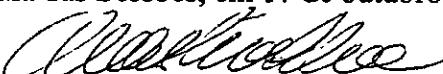
Apenas em 23/10/2001 foi formulado um pedido de *compensação* para a extinção da contribuição aqui apontada, ou seja, na época em que foi apurado o crédito fruto do processo de 16/07/2001 os débitos objetos do presente processo sequer existiam.

Assim, correta a interpretação da decisão recorrida, que se coaduna com a IN 323/02, inciso II, já que o pedido de ressarcimento ali mencionado se refere ao requerimento formulado concomitantemente como o pedido de compensação.

No caso do contribuinte, o Pedido de Restituição/Compensação foi formulado quando os débitos já se encontravam vencidos, daí a necessária incidência de multa e juros.

Por todo o exposto voto pelo não provimento do presente Recurso, mantendo-se integralmente a decisão recorrida.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2007.


ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA